



## Para a retomada da economia política

Bruno Reikdal Lima<sup>1</sup>

### Resumo

Temos por objetivo colocar em debate a necessidade de se retomar o campo da economia política como disciplina autônoma. Atualmente, nas universidades brasileiras ela ocupa majoritariamente o espaço de matéria possível no interior de outras disciplinas que assumem o caráter de cursos de graduação e pós-graduação. Raros são os programas voltados para o tema ou que, ao menos, tenham economia política como linha de pesquisa. Desse modo, desenvolveremos uma abordagem teórica em três momentos: 1. uma indicação de breve do processo teórico-histórico de redução da análise e solução de problemas econômicos à uma ciência econômica conformada à alocação ótima de recursos; 2. uma apresentação de uma crítica à racionalidade que subjaz e fundamenta à ciência econômica reduzida; e 3. um recorte de conteúdos da teoria marxista que são privilegiados com a retomada do campo da economia política. Assumimos uma perspectiva marxista para tratar do tema, o que não significa que o debate esteja restrito a teóricos e pesquisadores dessa corrente. Ao contrário, como buscamos argumentar, a retomada do campo da economia política põe em questão tanto um paradigma epistemológico de ciência, quanto às limitações da ciência econômica hegemônica na academia.

**Palavras chave:** economia política, Economics, divisão social do trabalho, Franz Hinkelamert.

## Hacia la retomada de la economía política

### Resumen

Nuestro objetivo es debatir la necesidad de retomar el campo de la economía política como disciplina autónoma. Actualmente, en las universidades brasileñas la economía política mayoritariamente ocupa una materia posible dentro de otras disciplinas que asumen el carácter de cursos de pregrado y posgrado. Son raros los programas centrados en el tema o que, al menos, tengan la economía política como línea de investigación. De esta forma, desarrollaremos un enfoque teórico en tres partes: 1. breve indicación del proceso teórico-histórico de reducir el análisis y solución de problemas económicos a una ciencia económica conformada a la asignación óptima de recursos; 2. la presentación de una crítica de la racionalidad que subyace y fundamenta a la ciencia económica reducida; y 3. un recorte de los contenidos de la teoría marxista que se privilegian con la retomada del campo de la economía política. Adoptamos una perspectiva marxista para abordar el problema, lo que no significa que el debate se limita a los teóricos e investigadores de esa corriente. Por el contrario, como pretendemos argumentar, la retomada del campo de la economía política pone en cuestión tanto un paradigma epistemológico de la ciencia como las limitaciones de la ciencia económica hegemónica en la academia.

<sup>1</sup> Doutorando em Economia Política Mundial (UFABC), Mestre em Filosofia (UFABC), Graduado em Filosofia (CUSC), Formado em Teologia (ICEC). bruno@reikdal.net

**Palabras clave:** economía política, Economics, división social del trabajo, Franz Hinkelammert.

### **For the resumption of political Economy**

#### **Summary**

We aim to debate the need to return to the field of political economy as an autonomous discipline. Currently, in Brazilian universities it mostly occupies the space of possible subject within other disciplines that assume the character of undergraduate and graduate courses. Rare are the programs focused on the theme or that, at least, have political economy as a line of research. Thus, we will develop a theoretical approach in three moments: 1. a brief indication of the theoretical-historical process of reducing the analysis and solution of economic problems to an economic science conformed to the optimal allocation of resources; 2. a presentation of a critique of the rationality that underlies and underlies reduced economic science; and 3. a section of the contents of Marxist theory that are privileged with the resumption of the field of political economy. We assume a Marxist perspective to address the issue, which does not mean that the debate is restricted to theorists and researchers of that current. On the contrary, as we seek to argue, the resumption of the field of political economy calls into question both an epistemological paradigm of science and the limitations of hegemonized economic science in academia.

**Key words:** political economy, Economics, social division of labor, Franz Hinkelammert.

#### **Introdução**

Sob uma série de circunstâncias históricas, disputas teóricas, políticas e transformações nas dinâmicas sociais da sociedade capitalista, o campo da economia política foi marginalizado, tornando-se uma possível matéria na grade curricular de determinados cursos acadêmicos ou tema de discussões em grupos especializados, mas não disciplina com campo científico próprio. Tanto é verdade que programas de pesquisa e formação em economia política nas universidades brasileiras, por exemplo, apenas são ofertados ao nível de pós-graduação. Em cursos de graduação, como indicado anteriormente, ocupam espaço (quando ocupam) de matérias e disciplinas no interior de outros campos (em especial, na economia).

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo pôr em discussão elementos centrais para o estabelecimento da economia política como campo científico propriamente dito, não apenas formalmente válido, mas necessário para nosso tempo. Com esse intuito, buscamos colocar em questão a formação em economia política. Para tal, desenvolveremos nossa argumentação em três momentos: 1. uma breve revisão teórica do estabelecimento das ciências sociais modernas em torno de seus objetos destacando, especificamente, o surgimento da eco-

nomia como campo científico especializado; 2. uma crítica à racionalidade da ciência econômica desenvolvida sob os marcos da chamada *Economics*; e 3. o reposicionamento do campo da economia política em torno da reprodução dos fatores de produção e na coordenação da divisão social do trabalho.

Em nossa discussão, tomaremos como base avaliações marxistas do campo da economia política (com destaque para António José Avelãs Nunes, Franz Hinkelammert e Isaak Rubin). Faz-se necessária essa notação, pois, curiosamente, foi o próprio Marx quem tratou de declarar a economia política como uma “ciência burguesa” (MARX: 2017a, pp. 85-87)<sup>2</sup>. Contudo, a reivindicação do campo da economia política como ciência parte, exatamente, de correntes marxistas ou, ao menos, influenciadas pela crítica de Marx. Em nossa posição, isso se deve ao fato de que a efetividade da crítica marxista depende de se ter em conta a totalidade das relações de produção, o que não pode ser feito sob os marcos de uma ciência econômica reduzida, como veremos.

Desse modo, se no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista a economia política se estabeleceu como ciência burguesa, o limite posto por sua crítica forçou a fuga para um novo campo que possibilitasse a manutenção da legitimação da forma social capitalista. Assim, sob este quadro, a retomada do campo da economia política traz consigo os fundamentos que revigoram a crítica da economia política e reestabelecem os marcos de uma produção científica que se volte para a totalidade das relações de produção.

## 1. Da economia política às ciências econômicas (*Economics*)

Avaliando o processo de constituição das ciências sociais modernas, Immanuel Wallerstein chama a atenção para o modo de determinação de cada campo teórico a partir de um objeto específico no interior da própria sociedade moderna. Desse modo, temos a “criação de três disciplinas separadas dentro das ciências do mundo moderno: a economia, concernente ao mercado; a ciência política, concernente ao Estado; e a sociologia, encarregada de tudo o mais (do que às vezes é chamada de sociedade civil)” (WALLERSTEIN, 2009: p. 9).

Dessa maneira, cada ramo das ciências sociais é determinado por uma instituição assumida como objeto específico. O objeto dá o conteúdo à ciência que para ele retorna anali-

<sup>2</sup> Interessante ver como Marx trata do caráter burguês da economia política no contexto do “Posfácio” à segunda edição d’*O Capital*. Nele, sustenta-se a tese de que essa ciência é propriamente burguesa por “entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento” (MARX: 2017a, p. 85). Tal situação da economia política desembocava, para Marx, no fato de que “a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente” (*Idem, ibidem*).

sando e explicitando os limites de sua atuação, suas funções, constituição e desenvolvendo métodos de pesquisa. Nessa relação, são estabelecidos os limites dos campos teóricos que, por sua vez, na avaliação das dinâmicas sociais passam a dar “lugar a um debate sobre a propriedade causal entre estas esferas” (*Idem, ibidem*). Intencional ou não intencionalmente, portanto, a especialização constituída em torno de instituições que ocupam lugar de objetos específicos cria uma situação na qual as avaliações científicas sobre as relações no interior da sociedade moderna aparecem *a priori* fragmentadas.

Nesse quadro geral, se no território britânico a economia política havia nascido como campo teórico específico, António José Avelãs Nunes destaca que nele também são desenvolvidos, ao final do século XIX, os termos sob os quais essa ciência será deslocada pelas ciências econômicas, designadas como *Economics*, que restringem a especificidade do trabalho com a reprodução social e com as relações sociais de produção (NUNES: 2007, p. 11). Reduzindo o campo teórico para análises e avaliações dos processos no interior do mercado capitalista, buscou-se “apresentar a disciplina (*Economics*) como uma *teoria* pura, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da matemática (*mathematics*) ou da física (*physics*)” (*Idem, ibidem*).

A legitimação da sociedade burguesa se furta, assim, de discutir a totalidade das relações de produção sob o pretexto e esforço de cientificidade “pura” ou “positiva”, de tal modo que se passa a utilizar o termo “*Economia* para a ‘economia científica’ (ou economia positiva) e a expressão *Economia Política* para a ‘economia ideológica’ (ou economia normativa)” (*Idem, ibidem*). Com este golpe, de uma só vez são alteradas as bases epistemológicas que garantiam à economia política seu caráter científico e a partir das quais partiam as críticas a ela direcionadas, e deslegitimados os movimentos sociais que se pautavam nas produções teóricas desse campo para suas avaliações e tomadas de decisão.

Potencializava-se, portanto, o que Marx havia notado com a conquista do poder político pela burguesia na França e na Inglaterra, evento a partir do qual “a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais” (MARX: 2017a, p. 86). No interior da produção científica a respeito da reprodução social e das relações de produção, então, não se tratava apenas de uma evolução ou progresso da racionalidade, mas propriamente da luta em torno da

legitimação da sociedade burguesa contra aqueles que queriam sua transformação, seus adversários<sup>3</sup>.

Nesse sentido, em uma assimilação parcimoniosa de critérios procedimentais das chamadas ciências puras, positivas ou “naturais”, a instituição da *Economics* acabou por depreciar economia política como uma produção “ideológica”, sem cientificidade, justificando o manejo e aperfeiçoamento de operações dentro de determinado sistema econômico vigente como campo científico de excelência (HINKELAMMERT, 2005: p. 24). Ou seja: é considerada uma boa ciência à medida que for capaz de produzir conteúdo que potencializa a eficiência de operações dentro de determinado sistema, e o próprio sistema ordenado reforça a legitimidade de sua excelência por se reduzir às suas operações e aperfeiçoamento. Como explica Franz Hinkelammert, a pretensa boa ciência “se legitima tautologicamente graças ao poder que a sustenta [...]. As ciências sociais e, particularmente, a economia, se adaptaram rapidamente a esta ideologia” (*Idem*, p. 18).

Esse processo de redução do trabalho teórico com as questões econômicas, da reprodução social e das relações de produção, faz com que se perca a característica interdisciplinar dos problemas econômicos. Estabelece-se um paradigma metodológico sintetizado por Jevons quando, no século XIX, propõe as bases para esta *Economics*: “*nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades. Onde quer que as coisas tratadas possam ser maiores ou menores, as leis e as relações devem ser de natureza matemática*” (JEVONS: 1965, p. 3).

Até esse momento, a economia política e as soluções de problemas econômicos lançavam mão de operações matemáticas, mas as produções teóricas não se reduziam a estas e às mensurações de quantidades, com alocações ótimas de recursos<sup>4</sup>. Eram, por outro lado, levados em consideração diversos fatores humanos e de recursos disponíveis, trabalhando com “diferentes ponderações acerca da importância dos elementos não-econômicos (históricos, políticos, culturais, religiosos, filosóficos, ideológicos) e a diferentes combinações destes

<sup>3</sup> A respeito dos limites do desenvolvimento da ciência econômica burguesa na Alemanha, Marx comenta que na medida que a crítica à economia política “representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado” (MARX: 2017a, p. 87). Isto posto, emerge, portanto, contra uma ciência burguesa que opera na legitimação da sociedade capitalista, a crítica da economia política burguesa como ferramenta à disposição do proletariado revolucionário.

<sup>4</sup> Já na produção a partir do final do século XIX, como expressa Jevons: “é claro que a economia, para ser uma ciência, deve ser uma ciência matemática. Existe muito preconceito contra tentativas de introduzir os métodos e a linguagem da matemática em qualquer ramo das ciências morais. Muitas pessoas parecem pensar que as ciências físicas formam a esfera apropriada do método matemático, e que as ciências morais exigem algum outro método, não sei o quê. Minha teoria da economia, no entanto, é puramente matemática” (JEVONS: 1965, p. 4).

elementos” (NUNES, 2007: p. 12) nas análises e planejamentos em torno da reprodução social e na coordenação das relações de produção.

Para a economia, os resultados do processo de redução do campo teórico a determinado procedimento científico são verificáveis no conteúdo fundamental do *mainstream* econômico, mantido e reproduzido massivamente nos cursos de economia, e que assume que os problemas do campo estão baseados:

[...] essencialmente no jogo da oferta e da procura, tendo como ponto de partida três pressupostos fundamentais: a economia é uma ciência da escolha; o indivíduo é identificado como *homo oeconomicus*, um ser que procede sempre de acordo com os princípios do cálculo econômico, independentemente das circunstâncias históricas de sua inserção em qualquer classe social; os preços são considerados como indicadores da escassez relativa, e, portanto, como sinais orientadores das escolhas (raciais) de cada um dos agentes econômicos (NUNES: 2007, p. 34)

Depreende-se como base da racionalidade desta ciência econômica, portanto, uma teoria da ação racional que, como nota Franz Hinkelammert, “se reduz a uma teoria da relação meio-fim, na qual subjaz um critério de racionalidade instrumental” (HINKELAMMERT, 2005: p. 26). Ademais, incluído no circuito tautológico de legitimação de uma “boa ciência”, o conteúdo reproduzido pelo *mainstream* econômico acompanha uma forma social que “celebra a racionalidade e celebra a eficiência, ao mesmo tempo em que se destroem as bases da vida no planeta, sem que este fato nos faça refletir seriamente sobre os conceitos de racionalidade e eficiência correspondentes” (*Idem*, p. 141).

Nesse sentido, nos marcos da *Economics*, “essa competitividade e essa eficiência se transformam nos valores supremos que decidem sobre a validade de todos os outros valores. O que se chama de racionalidade da ação se resume, portanto, pela competitividade e pela eficiência” (*Idem*, 144) das ações dos agentes no mercado. Desenvolve-se uma ciência, portanto, que imagina a solução de problemas econômicos reduzida a operações de “alocação ótima de recursos” (HINKELAMMERT: 1990, p. 5). Por isso Avelãs Nunes destaca a clássica “definição de Robbins: ‘a economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos suscetíveis de usos alternativos’ [...], uma noção que corre o mundo, veiculada por centenas (ou milhares) de manuais, que a adotam como verdade indiscutível” (NUNES: 2007, p. 34).

## 2. A irracionalidade no interior da teoria da ação racional em economia

Para a retomada da economia política como campo científico, portanto, a solução dos problemas econômicos não pode estar restrita a uma operação de alocação ótima de recursos e à competitividade e eficiência como critérios últimos de racionalidade. Nesse sentido, como nota Enrique Dussel, a crítica à essa ciência econômica requer “não somente buscar analisar a estrutura de um sistema empírico econômico, senão também de expor criticamente o marco categorial que o explica, ou que o justifica ante seus oponentes (práticos concretos e históricos, e teórico-críticos). Seria uma *crítica epistemológica* propriamente econômica” (DUSSEL, 2014: p. 331).

Afinal, tendo em vista o próprio modo de desenvolvimento da reprodução social e das relações de produção, como nota Avelãs Nunes, temos que “os problemas da economia não são, na sua base, problemas técnicos que possam ser resolvidos por uma qualquer ‘Economia técnica’”, pois, “as realidades econômicas, o processo econômico em toda a sua complexidade, devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem” (NUNES, 2007: p. 49). Achatada esta dimensão complexa do processo econômico, deparamo-nos uma situação na qual ações destrutivas são mantidas e reproduzidas com legitimidade de ciência e racionalidade, impedindo a avaliação ou julgamento crítico de seu conteúdo e de seus efeitos.

Imerso na trama dos critérios que sustentam a *Economics*, por exemplo, Weber acaba por explicar o funcionamento de uma economia racional como “uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado” (WEBER: 1997, p. 164). Ademais, dado que os critérios para a conhecida ação racional instrumental<sup>5</sup> são dados pela coordenação de meios para a obtenção ótima de fins, “quanto mais racional e, portanto, impessoal, se torna o capitalismo tanto mais ocorre isso” (*Idem, ibidem*).

Desse modo, como vimos anteriormente junto a Franz Hinkelammert, temos derivados desse modelo de ação racional os critérios para a determinação dos valores e para a própria avaliação da racionalidade de um determinado processo: competitividade e eficiência. Nas relações do mercado capitalista, portanto, o conteúdo dos critérios da ação racional instrumental “julga, então, sobre a racionalidade dos meios segundo o critério de custo: realizar um de-

<sup>5</sup> Como bem sintetiza Wallerstein: “ação instrumentalmente racional é toda ação ‘determinada pela expectativa quanto ao comportamento dos objetos no ambiente e de outros seres humanos; essas expectativas são usadas como ‘condições’ ou ‘meios’ para a realização dos fins racionalmente perseguidos e calculados do ator” (WALLERSTEIN: 2002, 0. 179).

terminado fim com o mínimo possível de meios requeridos para obtê-lo” (HINKELAMMERT, 2005: p. 143). Por se tratar de uma operação aparentemente “técnica”, ou seja, sem valores além da própria ação de coordenar meios para obtenção ótima de fins e impassível de julgamento, temos como efeito uma situação na qual:

Na sociedade coexistem as mais variadas relações meio-fim nos processos de produção, medidos pela relação custos de produção/preço do produto, e os mercados são o lugar no qual se entrelaçam uns com os outros. Mas este entrelaçamento é uma relação de luta na qual se encontram as diversas empresas, luta de mercados que se chama competição, a instância que decide acerca da eficiência de cada um dos produtores. O resultado desta luta indica, de uma maneira tautológica, quais das produções podem ser feitas ou sustentar e quais não. O que ganha demonstra, pelo simples fato de ganhar, que é mais eficiente (maximiza seu lucro, minimiza seus custos). Se toda a sociedade se organiza pelo critério da eficiência que se impõe na luta dos mercados, esta competitividade e essa eficiência se transformam nos valores supremos que decidem sobre a validade de todos os outros valores (HINKELAMMERT: 2005, p. 144)

Qualquer elemento que não condiga com os critérios de competitividade e eficiência é desvalorizado ou mesmo descartado da produção teórica em torno dos problemas e das soluções de problemas econômicos. Portanto, a inclusão de valores ou critérios para a ação econômica que limitem a redução da ação racional e econômica à operação de alocação de recursos, requer um deslocamento do problema e uma crítica à própria teoria da ação racional.

Nesse sentido, o destaque que Hinkelammert dá ao caráter tautológico da ação racional instrumental nas relações de mercado capitalista implica, também, no fenômeno que da *irracionalidade do racionalizado*, ou seja, do efeito irracional promovido pela redução da racionalidade à coordenação de meios para a obtenção ótima de um fim. Como ilustração Hinkelammert nos convida a imaginar “dois competidores que estão sentados cada um sobre um galho de uma árvore à beira do precipício, cortando-a. O mais eficiente será aquele que consiga cortar mais rápido o galho sobre o qual está sentado. Cairá primeiro e morrerá primeiro, mas terá ganhado a corrida pela eficiência” (*Idem*: p. 142).

Na anedota, a ação racional instrumental respeitando os critérios de competitividade e eficiência faz com que o sujeito esteja impossibilitado de realizar qualquer projeto futuro. Nesse quadro, “sua morte é um efeito não-intencional de sua ação intencional meio-fim. Se- gue se tratando de um suicídio, mesmo que este seja não intencional e o ator morra como consequência de seu próprio ato, que é racional em termos da teoria da ação racional” (*Idem*: p. 147). Para os sujeitos, seria necessário que levassem em conta a garantia das condições de

manutenção da própria vida para que o efeito (não-intencional) de sua competição eficiente não impedisse a continuidade de ações futuras. Seria preciso ter em conta outros valores.

Como resultado, portanto, a ausência de valores e da crítica à própria teoria da ação racional tem “uma tendência inevitável do mercado para a destruição tanto dos seres humanos como da natureza, que é condição necessária para a vida humana. Esta tendência destrutiva é a irracionalidade do racionalizado” (*Idem*, p. 288). Busca-se, com a retomada do campo da economia política e com essa crítica à *Economics*, tornar evidente que a produção teórica baseada nas ciências econômicas reduzidas:

[...] não tem acesso à análise da irracionalidade do racionalizado. Trata-se precisamente de trazer à luz este problema, para enfrentar a irracionalidade do racionalizado. Por isso, a teoria da ação racional tem que passar por uma profunda mudança. Não se questiona o fato de que uma ciência empírica deva se basear em juízos de fato e não em juízos de valor. Não obstante, aparecem juízos de fato que não são juízos meio-fim e que rompem a consistência da teoria da ação racional (*Idem*, p. 153)

Os juízos de fato que não são juízos meio-fim, no caso, são as condições para a garantia da manutenção da vida dos sujeitos e de projetos futuros. Nesse sentido, como vimos junto a Avelãs Nunes anteriormente, os problemas econômicos e as soluções dos problemas econômicos não podem estar na alçada exclusiva de algum tipo de “economia técnica”. Desse modo, ao invés de uma ciência voltada para a alocação ótima de recursos, com o campo da economia política se tem como fundamento a “reprodução dos fatores de produção” (HINKELAMMERT: 1990, p. 5), que nasce da “necessidade da reprodução material [...], sua afirmação de que dentre todas as decisões [...], somente são viáveis aquelas que não destroem esta reprodução do próprio processo produtivo” (*Idem*, p. 7).

### 3. A economia política e a crítica marxista

Levando em consideração conteúdos que escapam à redução da ação racional e aos marcos da ciência econômica aqui criticada, a economia política aparece implicada em um tipo de produção teórica que precisa:

[...] estabelecer o marco logicamente prévio à multiplicidade das decisões que na economia devem ser tomadas. Para que a reprodução funcione, nem todas as decisões e aspirações subjetivamente aceitáveis são objetivamente possíveis. A reprodução, portanto, impõe um marco objetivo, dentro do qual agora a alocação ótima dos recursos tem sentido. As exigências de tal alocação, portanto, são secundárias, ainda que de suma importância, necessárias e imprescindíveis (*Idem, ibidem*)

Sob este aspecto, portanto, é possível estabelecer um marco teórico geral para a produção em economia política, não necessariamente marxista<sup>6</sup>. Todavia, assumido esse conteúdo, a perspectiva marxista pode operar, como explica Isaak Rubin, distinguindo o processo técnico-material da forma social capitalista (RUBIN, 1987, p. 15). Ou seja, levando em consideração não apenas as operações de alocação ótima de recursos e as estruturas necessárias para aperfeiçoamento do próprio mercado, mas propriamente a forma social na qual estas se desenvolvem, ao usar da ciência da economia política, a teoria marxista “não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a ‘estrutura econômica’ do capitalismo”<sup>7</sup> (*Idem, ibidem*). Deriva-se, portanto, que:

No variado e diversificado caos da vida econômica, que representa uma combinação de relações sociais e métodos técnicos, esta distinção conduz nossa atenção precisamente para as relações sociais entre as pessoas no processo de produção, relações de produção para as quais a técnica de produção serve como suposto ou base. A Economia Política não é uma ciência das relações entre as coisas [...], nem entre pessoas e as coisas [...], mas das relações entre as pessoas no processo de produção (*Idem*, p. 16)

No campo da economia política, desse modo, ao buscar os marcos logicamente prévios necessários para qualquer tomada de decisão e ação econômica, trabalha-se para garantir a reprodução dos fatores de produção. Contudo, na perspectiva marxista se faz necessário um passo seguinte: a crítica das relações entre as pessoas no processo de produção, ou seja, crítica aos quais os papéis desempenhados, aos efeitos desses desempenhos para os grupos sociais e para a própria reprodução social como um todo, ao modo como se organiza e como se legitima a organização da produção, enfim, a análise crítica da divisão social do trabalho e da coordenação da divisão social do trabalho<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Sob este marco, por exemplo, António José Avelãs Nunes indica uma série de economistas não marxistas que reivindicam a retomada do campo da economia política e a crítica à redução realizada às ciências econômicas, como Hitch, Keynes, Marchal, Weisskopf, Myrdal, Robinson, Eathwell, entre outros (NUNES: 2007, pp. 46-50). Do mesmo modo, Hinkelammert ressalta o surgimento de uma nova economia política burguesa que emerge das situações críticas do século XX, de modo que indica que “Keynes produziu uma primeira confrontação [...], sem provocar uma ruptura. Todavia, depois da Segunda Guerra Mundial aparecem pensamentos de ruptura, que possivelmente terão uma importância chave para a formulação teórica da nova economia política burguesa. Trata-se de discussões extremamente abstratas, que de todo modo, formam a referência teórica das necessidades práticas concretas mencionadas. Nos referimos à importância atual das discussões teóricas da Escola de Cambridge (Inglaterra) e a todo o surgimento de uma nova escola de economia política, que se autodenomina neo-ricardiana (Joan Robinson, Sraffa)” (HINKELAMMERT: 1990, p. 11).

<sup>7</sup> Grifo de autor.

<sup>8</sup> Como explica Franz Hinkelammert, na teoria de Marx a classe dominante não se estabelece como tal simplesmente pela forma da propriedade privada que garante o controle dos meios de produção, e sim pela função necessária e realizada de coordenação da divisão social do trabalho: “função que qualquer sociedade cumpre, seja sociedade de classes ou sem classes. Mas há condições nas quais o cumprimento dessa função leva à sociedade

Afinal, como também destaca Rubin, se não se atenta para as relações humanas que pressupõem todo e qualquer processo produtivo, no sistema capitalista “a divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias num sistema unificado [...], cujas partes se relacionam e condicionam mutuamente” (RUBIN: 1987, p. 21) que, por sua vez, faz com que cada pessoa se relacione indiretamente com outra. As relações são sempre mediadas, de tal modo que cada agente no mercado:

[...] está vinculado apenas a um mercado indeterminado, no qual ele entra através de uma sequência discreta de transações individuais que o ligam temporariamente a determinados produtores de mercadorias [...]. A relação de produção entre pessoas determinadas se estabelece no momento em que as coisas são transferidas, e depois dessa transferência a relação é novamente interrompida (RUBIN: 1987, p. 30)

Nesse sentido, Michael Heinrich nos lembra que se determinada forma social (no caso, a sociedade capitalista) se organiza em torno de certo processo de produção, de distribuição e de consumo, tem necessariamente implicada como pré-condição uma divisão social do trabalho específica que garante a própria reprodução social (HEINRICH: 2012, pp. 43-44). Algo que pareceria relativamente óbvio, não o é se a economia está reduzida a determinada operação, processo técnico-material ou mesmo a uma ou outra instituição, sem se levar em conta a totalidade das relações de produção.

Deixada de lado a divisão social do trabalho, como nota Rubin, cada característica social específica da forma social “não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre coisas (RUBIN: 1987, pp. 24-25). Cada uma dessas características, contudo, são fenômenos parciais que devem ser analisadas no interior da totalidade das relações de produção, explicitando suas funções, limites e efeitos na própria reprodução social e na vida de cada pessoa e/ou grupo social (RUBIN: 1987, pp. 49-52).

Como indica Franz Hinkelammert, esses elementos não constituem, portanto, “a totalidade de objetos e homens que condicionam, por meio de atuações humanas, a vida de cada

---

de classes; é o caso da existência de uma divisão social do trabalho ou espontânea. Nessa situação, a complicada função coordenadora necessariamente é entregue a um grupo minoritário. Para cumprir sua função, este grupo precisa dispor sobre os meios de produção, a base material da divisão do trabalho social. Por outro lado, este poder dos grupos minoritários precisa ser justificado, se transforma em valores vigentes da sociedade. Estes valores necessitam ser estabilizados, integrados na sociedade, o que se realiza por meio do Estado. Da coordenação do trabalho resultam os diferentes planos da sociedade que necessitam ser coordenados. O sistema de valores não pode contradizer a posição da classe dominante que coordena a divisão do trabalho e o Estado expressa a estabilização dos valores em função do cumprimento da coordenação do trabalho social. Marx denomina relações sociais de produção à maneira de coordenar a divisão do trabalho social” (HINKELAMMERT: 1970, p. 57).

um” (HINKELAMMERT: 1977: p. 8). A totalidade dessas relações apenas se torna acessível por meio da análise da divisão social do trabalho<sup>9</sup> e da coordenação da divisão social do trabalho. Assim, por meio da economia política pode ser realizada a “análise da divisão social do trabalho e dos critérios de coordenação das múltiplas atividades humanas necessárias para produzir um produto material que permita a sobrevivência de todos” (HINKELAMMERT: 1977, p. 9). Pois, como “em toda forma social de produção caracterizada por uma divisão do trabalho, as pessoas mantêm uma relação social particular umas com as outras” (HEINRICH: 2012, p. 73), a avaliação dessas relações abre margem para o julgamento do processo e dos efeitos de determinado modo de produção.

Dessa forma, a análise marxista da divisão social do trabalho do modo de produção capitalista no campo da economia política parte “da produção mercantil quanto a seu funcionamento como coordenação da divisão do trabalho” (HINKELAMMERT: 1977, p. 10), no intuito de avaliar racionalmente a garantia da reprodução dos fatores de produção. Nesse sentido, retoma-se o que Marx havia indicado quando afirma que:

[...] o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana como um processo que, operando-se em condições histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com elas os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações mútuas, isto é, sua determinada formação socioeconômica (MARX: 2017b, 881)

Desse modo, fica colocado o campo no qual Marx desenvolve suas produções teóricas maduras, as quais em um primeiro momento o “conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (MARX: 2008, p. 46). Esse processo desembocou na “conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (*Idem*, p. 47).

<sup>9</sup> A esse respeito, Hinkelammert nos indica que “se existe tal escola ou tal empresa, ou se têm fundamento tais pensamentos ou forma de Estado, não é em si essencialmente importante, porque em si não inclui um problema de vida ou morte. Mas é distinto se são vistas tais instituições na engrenagem da divisão social do trabalho. O efeito sobre a divisão social do trabalho vincula tais instituições e a decisão sobre elas com o problema de vida ou morte do homem. É a divisão do trabalho que decide se, no conjunto de tais instituições, o homem pode viver ou não. E se a possibilidade de viver é o problema básico do homem e do exercício de sua liberdade, a divisão social do trabalho chega a ser a referência chave da análise das instituições em sua totalidade” (HINKELAMMERT: 1977, p. 8).

Por meio da crítica à economia política burguesa, portanto, chega-se às bases da produção teórica que analisa as condições em que são realizadas a reprodução social, a reprodução das relações de produção e seus efeitos intencionais e não-intencionais para grupos humanos. Ademais, também são avaliadas teoricamente as condições para superação dessas condições mesmas.

Nesse sentido, retomando o início de nosso texto, colocamos em pauta discussão sobre a necessidade de reestabelecimento da economia política como campo científico próprio e autônomo a ser assumido como disciplina, ao invés de reduzido a matéria no interior de outros campos ou a debates em grupos especializados. A isso, ressaltamos a necessidade em seu duplo caráter: a) pela insuficiência da ciência econômica e seu marco teórico na análise e solução de problemas econômicos; b) pela necessidade de reestabelecimento dos conteúdos fundamentais que abrem campo para a crítica da forma social capitalista e seu modo de produção.

## Referências

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política**. Siglo XXI: Ciudad de México - México, 2014.

HEINRICH, Michael. **An introduction to the three volumes of Karl Mar's Capital**. Tradução Alexander Locascio. Monthly Review Press: Estados Unidos da América, 2012.

HINKELAMMERT, Franz. **Democracia e totalitarismo**. 2ª ed. DEI: San José, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ideologías del desarrollo y la dialéctica de la historia**. UCA/Editorial Paidós: Argentina, 1970.

\_\_\_\_\_. **Las armas ideológicas de la muerte**. 2ª ed. DEI: Costa Rica, 1977.

JEVONS, W. Stanley. **The theory of Political Economy**. 50ª ed. Reprints of Economic Classics: Nova Iorque, 1965.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2ª ed. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política burguesa**. Livro I: o processo de acumulação do capital. 2 ed. Tradução Rubens Enderle. Boitempo: São Paulo, 2017a.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política burguesa**. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. Boitempo: São Paulo, 2017b.

NUNES, António José Avelãs. **Uma introdução à economia política**. Quartier: São Paulo - SP, 2007.

RUBIN, Isaak I. **A teoria marxista do valor**. Tradução José Bonifácio de S. Amaral Filho. Coleção Teoria e História. Vol. 13. Editora Pólis: São Paulo-SP, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Tradução: Renato Aguiar. Revan: Rio de Janeiro - RJ, 2002.

WEBER, Max. **Textos selecionados**: Coleção "Os Pensadores". Tradução Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra, Calógeras A. Ajuaba, M. Irene de Q. F. Smzercsányi e Tamás J. M. K. Szmercsányi. Editora Nova Cultural: São Paulo - SP, 1997.